

EFEITOS DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA SOBRE A ECONOMIA DE DEFESA VENEZUELANA: UM SETOR DEPENDENTE?

Lucas Rodrigues Marangão¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar o desenvolvimento dos setores econômicos ligados à defesa na República Bolivariana da Venezuela, ao longo do final do século XX e início do século XXI, tencionando compreender como a experiência da Revolução Bolivariana afetou a economia de defesa venezuelana no que diz respeito à dependência. Para tanto, nos valeremos da análise dos gastos militares, das importações de armas e do caso de empresas ligadas sobretudo à defesa terrestre da Venezuela, em especial sua detenção de tecnologia para produção de armamentos específicos e a eficácia dessa tecnologia. Buscaremos mapear como a atividade econômica relacionada à defesa venezuelana foi afetada pelas decisões políticas de seu governo através do breve estudo de uma empresa estatal ligada ao complexo industrial-militar deste país, a Compañía Anónima Venezolana de Industrias Militares (CAVIM). Nosso recorte temporal se focará nos anos de 1993 a 2016: 1993 é em termos práticos o ano seguinte à dissolução da União Soviética (que ocorreu em 26 de Dezembro de 1991, sendo assim a existência deste fator geopolítico relevante para as decisões concernentes ao ano de 1992) e 2016 o ano anterior à ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, fatores que consideramos passíveis de interferência na dinâmica de defesa venezuelana. Com nossa análise, pretendemos ainda contribuir brevemente para o debate concernente aos fatores que condicionam os estímulos à economia de defesa na América Latina. Nosso trabalho seguirá o seguinte percurso. Na primeira parte, faremos considerações teóricas e metodológicas que contextualizam o leitor quanto aos problemas que subjazem à pesquisa da economia de defesa de países subdesenvolvidos em conflito com a principal potência mundial. Na segunda, analisaremos os dados econômicos relativos à defesa da Venezuela de 1993 em até 2016, com foco a partir do início do Governo Chávez em 1999 e fragmentos de informações de 2017 a 2020 quando relevantes à argumentação, estudando o gasto militar, as transferências de armamentos e o caso da CAVIM.² Ao final, delinearemos uma breve conclusão, de modo a poder estabelecer paralelos com Cuba quanto à forma com que cada um destes países alocou seus recursos à produção da defesa nacional nos últimos anos, apontando limites que a condição de dependência econômica e as opções políticas dos membros do Estado venezuelano impôs e impõe a tal produção e tendências que a análise breve do caso cubano pode indicar ao cenário venezuelano.

Palavras-chave: Dependência; Economia de defesa; Revolução Bolivariana; Venezuela.

1 Mestrando em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo – PROLAM/USP. Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP.

2 Produzido por nós através do cruzamento de dados do SIPRI e referentes ao PIB venezuelano, sem correções inflacionárias.

1. Considerações teórico-metodológicas

Quando falamos de “economia de defesa”, nos referimos ao estudo de elementos que envolvem a produção e/ou circulação de materiais voltados a garantir por parte dos Estados a manutenção do seu monopólio legítimo da violência e de sua soberania, ou os insumos necessários à produção destes materiais. A economia de defesa é um campo emergente dos estudos econômicos que busca compreender fatores que engendram a produção de um bem específico, qual seja, a defesa, a qual é caracterizada como bem público não-exclusivo e não-rival por diversos autores³. Para atingir tal compreensão, a economia de defesa enquanto campo de estudos mobiliza conhecimentos interdisciplinares como os da Geopolítica e da Ciência Política, tendo em vista que a lógica desse campo de estudo não pode ser compreendida a partir das abordagens, metodologias e categorias da Ciência Econômica tradicional⁴. Assim sendo, no presente trabalho estudaremos parcialmente como a Venezuela distribui recursos para produzir sua própria defesa. Por vezes, nos referiremos também à “economia de defesa” para designar os setores de uma economia nacional voltados à garantia da defesa de determinada nação.

Ainda quanto à questão da “defesa”, por mais que reconheçamos a pertinência da diferenciação entre “segurança” e “defesa” delineada por vários autores no que diz respeito aos estudos pertinentes à paz, à guerra, à estratégia e à segurança internacional, ao tratar do aspecto centralmente econômico da questão não faremos tal diferenciação. Afinal de contas, o peso que a aquisição de um helicóptero militar exerce sobre a balança de pagamentos de um determinado país não varia se a aeronave será utilizada para dissuadir um Estado vizinho de invadir o território do Estado comprador ou se será empregada para reprimir uma manifestação sindical; ademais, como veremos, em certas situações o gasto com forças policiais compõe o gasto militar.

Antes de abordar diretamente o assunto, devemos sublinhar o problema que subsiste quanto ao acesso de dados referentes ao estudo conduzido. Dados referentes ao aprestamento de qualquer nação à defesa são de modo geral de acesso mais problemático que a média, pela própria natureza do assunto, tendo em vista a necessidade de secretismo para garantir que tarefas militares sejam cumpridas a contento. Outra razão para a opacidade quanto aos dados militares se relaciona aos problemas políticos que podem resultar do conhecimento relacionado a gastos dessa natureza – determinados setores sociais de um dado país podem questionar o nível dos gastos e o modo com que são alocados os recursos⁵.

3 Para um apanhado quanto à quase sempre necessária diferenciação entre segurança e defesa, ver SAINT-PIERRE (2011).

4 Os anos de exportação relevante russa durante esta fase coincidem com o período da chancelaria russa de Yevgeny Primakov, ministro que buscou afirmar uma política russa externa mais autônoma em relação aos Estados Unidos. Agradecemos a Gustavo Scalabrin Hübner pela informação.

5 DONADIO, Marcela. *El presupuesto de defensa en América Latina: la importancia de la transparencia y herramientas para el monitoreo independiente*. Buenos Aires: Ser en el 2000, 2004; VARGAS PULIDO, W.; GODOY ESTRELLA, E. “*Impacto del gasto de la defensa en el crecimiento económico de Colombia*

O problema se acentua, contudo, quando estamos tratando de países subdesenvolvidos sob pressão de potências militares e econômicas e por isso tratados quase sempre como párias por grande parte do sistema internacional, tal como é o caso da Venezuela. A percepção de que tais países estão sob cerco facilita a aceitação interna de menor transparência governamental quanto aos gastos militares, além de tornar os governos muito menos dispostos a publicizar dados de tal natureza. Some-se a isso a herança de práticas de origens soviéticas (que influenciaram indiretamente o país sob análise através de seu contato com o regime cubano e suas agências de inteligência)⁶ que preconizavam que quanto menos se publicasse informações, melhor⁷.

Em razão disso, boa parte dos dados aqui obtidos foram de fontes externas à Venezuela, sendo dessa forma secundárias: a principal foi o *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*, o qual coletou dados a partir de fontes oficiais relacionadas ao país sob análise, bem como fontes indiretamente relacionadas e não-relacionadas. Os dados relacionados à *CAVIM*, por sua vez, foram todos de natureza secundária, com exceção de pequenos detalhes históricos obtidos no próprio site da empresa – destacou-se aqui a utilização de fontes da imprensa brasileira e estrangeira. Isso se verificou também no caso dos poucos dados relacionados aos recursos que o governo venezuelano destinou à estatal, já que dentro das leis orçamentárias venezuelanas (disponibilizadas por uma ONG) não foi possível encontrar a discriminação referente aos valores destinados à *CAVIM*.

Cabe esclarecer que as principais fontes primárias que encontramos, as leis orçamentárias venezuelanas – as quais cobriram a maior parte de nosso recorte temporal, isto é, de 1999 a 2016 – serviram sobretudo para demonstrar algo que *não* estava lá, isto é, a (falta de) transparência quanto ao peso da *CAVIM* nos gastos militares venezuelanos. Optamos por não mobilizar os dados das leis orçamentárias para discriminar o gasto militar venezuelano pois o orçamento destinado à defesa não é idêntico ao gasto militar efetivamente realizado, de acordo com a aferição realizada pelo *SIPRI*.

No que se refere ao termo “gasto militar”, adotaremos a definição de que ele consiste nos recursos mobilizados pelo Estado para produzir a sua defesa através da garantia de sua independência, integridade de seu território, o respeito a eventuais tratados internacionais dos quais seja signatário e a manutenção da segurança e ordem pública (HERRERA, 1994, p. 13). Tais recursos podem ser empregados internamente na economia doméstica do referido Estado (por exemplo, através de investimentos em treinamento ou compras de material bélico do complexo industrial militar do referido país) ou externamente (por exemplo, através de aquisições de empresas estrangeiras ou de acordos que remunerem consultores militares forâneos). Existe polêmica quanto à admissibilidade da contabilização de gastos com pesquisa, pensões militares e forças de segurança não engajadas perma-

en los últimos veinte años”. *Revista Científica General José María Córdova*, v. 11, n. 11, p. 227-257, 2013.

6 SANTOS, T. "Economia de Defesa como uma Categoria Geral de Análise nas Ciências Econômicas". *REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL (ED. PORTUGUÊS)*, v. 24, p. 543-565, 2018.

7 BALL, Nicole. *Security and Economy in the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 85.

nentemente na defesa nacional como gastos militares quando comparamos as definições da Organização das Nações Unidas (ONU) com as definições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) - as últimas incluindo tais gastos, a primeira não de forma plena. No âmbito de nosso trabalho, utilizaremos a definição do FMI e da OTAN, pois é a adotada pelo *SIPRI*. Finalmente, sublinhamos os problemas subjacentes à comparação de gastos entre um ano e outro em razão de variações inflacionárias e deflacionárias, sobretudo tendo em vista a conversão dos gastos de uma determinada moeda nacional para o dólar.

Imbricado com o gasto militar, existe a noção de “transferência de armamentos”, a qual se subdivide em importação ou exportação de material bélico. Tal movimentação ajuda a compor parte dos gastos militares, mas pode superá-los, já que são contabilizadas não apenas as compras, como também os créditos cedidos em programas de cooperação militar e empréstimos de equipamento bélico. Cabe sublinhar que nem toda a mensuração de transferência de armamentos se dá em dólar: o *SIPRI*, por exemplo, mede tais transferências a partir do *Valor de Indicação de Tendência*, ou *Trend-Indicator Value (TIV)*, o qual permite a comparação entre os dados sobre transferências de armas e a identificação de tendências gerais sem tomar em conta o aspecto financeiro (*SIPRI*, 2019). A escolha do *TIV* por não mensurar financeiramente as transferências de armas se deve ao fato de que não existe consenso internacional quanto ao que constitui uma arma. Ressaltamos que o *TIV* não abarca em sua mensuração a maioria das armas pequenas e seus componentes, caminhões militares, equipamento de suporte, serviços e tecnologia. Desse modo, se o *TIV* é útil para fornecer uma imagem geral quanto aos fluxos de armamentos, a sua utilização para comparação com os gastos militares orçamentários é algo inadequado, tal como o próprio *SIPRI* reconhece.

Excluimos de nossa análise as empresas ligadas ao setor naval, tais como a estatal *Unidad Naval Coordinadora de los Servicios de Carenado, Reparaciones de Casco, Reparaciones y Mantenimiento de Equipos de y Sistemas Buques (UCOCAR)* e *Diques y Astilleros Nacionales Compañía Anónima (DIANCA)*. Na Venezuela, tais empresas se encontram extremamente relacionadas a setores econômicos alheios ou distantes do que se pode denominar de política de defesa propriamente dita, já que além de estar voltadas à construção e reparo de navios armados também reparam e constroem navios petroleiros e de luxo como iates. Tendo em vista os limites de nosso trabalho, optamos pela sua exclusão.

Quanto à questão da dependência, o problema que se colocou é o quanto a produção da defesa venezuelana auxiliou no processo de acumulação de capital de empresas nacionais e quanto no processo de acumulação de empresas estrangeiras⁸. Também se analisou

8 CAMARGO, Murilo *et al.* *Economia de defensa, intereses estratégicos e a crise política na Venezuela*. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/economiaa_dea_defesaa_interesses_estrategica_ea_aa_crisea_politicaa_naa_venezuelaa_atual.pdf>. Acesso em: 05 Jul 2020.

o quanto este país ampliou ou diversificou os parceiros para produção de defesa durante o período. Deste modo, através da análise das fontes disponíveis, nós buscamos compreender a inserção internacional da economia venezuelana

2. A economia de defesa venezuelana

2.1. Fatores explicativos às mudanças da economia de defesa venezuelana durante a experiência bolivariana

A “Revolução Bolivariana” é um processo político que, se não podemos afirmar que se inicia com a vitória eleitoral de Hugo Chávez em 1999, alcança um novo patamar com a ascensão deste antigo comandante militar ao poder na Venezuela. Pretendendo implantar o que chamava de “socialismo do século XXI”, Chávez e o bloco político que o seguiu realizou uma série de transformações sociais, econômicas e políticas que mudaram o cenário venezuelano – de fato, a sua eleição por si só representava a derrota do histórico *Pacto de Punto Fijo*, em que três partidos (a *Acción Democrática*, a *Unión Republicana Democrática* e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente*) se alternavam no poder.

Entre estas, se pode citar a política petrolífera do país caribenho, em especial as políticas envolvendo a estatal *Petróleos de Venezuela* (PDVSA), as quais passaram a servir a programas sociais e buscaram alinhar-se melhor aos acordos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Tais mudanças incomodaram intensamente os Estados Unidos, que enxergam a Venezuela como área de controle estratégico em razão das suas fontes de petróleo⁹.

A partir daí, as áreas de atrito entre Venezuela e Estados Unidos só fizeram aumentar, culminando na tentativa de golpe de Estado de 2002, o qual foi denunciado por Hugo Chávez como sendo comandado pela potência estadunidense. É deste momento em diante que esta passou a ser considerada a principal ameaça à segurança nacional da Venezuela¹⁰. Deste antagonismo surgiu a necessidade de que os envolvidos com a “Revolução Bolivariana” elaborassem uma doutrina militar que enfrentasse o que era percebido como ameaça ao Estado venezuelano, dotando adequadamente a Venezuela para a sua defesa¹¹. Esta doutrina era marcada sobretudo pela idéia de que os Estados Unidos poderiam invadir a Venezuela tal como haviam feito no Iraque e em Cuba, gerando um cenário de conflito assimétrico em que, para garantir a defesa nacional, a população venezuelana de modo geral, e não apenas os corpos militares profissionais, seria mobilizada para o emprego de táticas de guerrilha.

Neste sentido, uma parte razoável da bibliografia consultada explica as mudanças rearmamentistas da economia de defesa venezuelana durante o período bolivariano de

9 BALL, *op. cit.*, p. 84.

10 CARCANHOLO, Marcelo Dias. "O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência". Trabalho, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.

11 CAMARGO, Murilo *et al.*, *op. cit.*

acordo com esta perspectiva centrada na relação conflituosa entre Venezuela e Estados Unidos: é o caso, por exemplo, do artigo *CBM en América Latina y el efecto de la adquisición de armas por parte de Venezuela*, de Mark Bromley e Catalina Perdomo. Ao estudar os efeitos da aquisição de armamentos pela Venezuela no âmbito da América Latina em meados da década de 2005 (aquisições que, como veremos, foram parte relevante na dinâmica da economia de defesa venezuelana), Bromley e Perdomo estabelecem três fatores relevantes para a sua explicação, dos quais dois são centrados na relação EUA-Venezuela: a nova doutrina militar venezuelana, voltada a repelir uma eventual agressão americana; e a busca de fornecedores de material militar para além dos Estados Unidos¹²

Tais explicações estão, contudo, muito distantes de serem consensuais. Segundo Jorge Battaglino, por exemplo o rearmamento recente na América do Sul de modo geral, e também assim no caso venezuelano, se deve a três fatores: disponibilidade de recursos; a presença de uma avaliação estratégica expansiva; e atenção do público às questões de defesa¹³. Por sua vez, Rafael Duarte Villa e Brigitte Weiffen apontam para uma interação de fatores ainda mais complexa. Segundo estes autores, a política armamentista a que a economia de defesa venezuelana se submeteu durante os anos da experiência bolivariana pode ser explicada por fatores de ordem conflitiva (como a busca de ordem interna, preocupações geopolíticas e a manutenção parcial de uma racionalidade pautada por preocupações tradicionais de poder e segurança na América Sul) e não conflitivas (defasagem tecnológica, estímulos à indústria, influência política dos militares, a constituição parcial de uma comunidade de segurança na América do Sul e aspirações de poder enquanto uma potência regional em ascensão)¹⁴.

Como podemos ver, tanto o trabalho de Duarte e Villa quanto o de Battaglino trazem a baila uma ordem de fatores em que elementos de natureza política interferem tanto (e por vezes mais) na explicação do rearmamento venezuelano (e, por consequência, no funcionamento da economia de defesa deste país) do que os elementos de natureza propriamente militar. Deste modo, em nossa análise buscaremos inserir os elementos estudados nos marcos explicativos destes últimos autores quanto ao rearmamento na América do Sul.

2.2. Gastos militares e transferência de armamentos

O problema do acesso a dados militares se fez presente no que diz respeito à Venezuela. Além do elemento de secretismo já mencionado, o nosso recorte temporal e político-

12 BATTAGLINO, Jorge. “Determinants of Arms Spending in South America”. In: *Journal of Politics in Latin America*, Vol. 5, No. 2 (2013), p. 71–103, p. 91.

13 BUZETTO, Marcelo. *Guerra do todo o povo: a influência das lutas políticas e sociais na nova doutrina de defesa nacional Venezuelana*. 2011. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3317/1/Marcelo%20Buzetto.pdf>>. Acesso em: 01 Nov. 2021.

14 BROMLEY, Mark., PERDOMO, Catalina. “CBM em América Latina y el efecto de la adquisición de armas por parte de Venezuela”. Documento de Trabalho 41/2005, Real Instituto Elcano, 2005.

especial possui dois fatores que pioram o acesso a dados confiáveis desta natureza: em primeiro lugar, a maior parte do período que interessa ao nosso estudo é muito recente, o que cria problemas quanto a eventuais revisões corretivas dos dados coletados para pesquisa; em segundo lugar, a mensurabilidade de gastos militares venezuelanos é problemática em razão tanto do amplo emprego das Forças Armadas venezuelanas para fins civis¹⁵ quanto da utilização de mecanismos extra-orçamentários para gastos relacionados à defesa, dificultando uma aferição precisa: é o caso notável do uso do *Fondo para el Desarrollo Nacional (FONDEN)*, que em 2015 foi responsável pelo aporte de volume de recursos similar ao dos gastos militares orçamentários¹⁶. Em razão destas dificuldades, centraremos nossa análise no intervalo de 1999 a 2016.

Ainda assim, é possível estudar os gastos militares venezuelanos no período da “Revolução Bolivariana”. Como podemos ver pelo Anexo I¹⁷, que registra o gasto militar absoluto da Venezuela, há alguma variação e leves quedas no volume absoluto de recursos desta natureza durante todo o primeiro mandato de Chávez (1999-2001) e a maior parte do segundo (2001-2007), com o ano de 1999 sendo entre 1999 e 2004 aquele em que houve registro de maiores gastos militares. Essa tendência de queda será revertida a partir de 2004, com o ano de 2005 pela primeira vez superando a marca dos gastos de 1999. A partir deste ano, os gastos militares atingem um pico em 2008, voltam a cair novamente até 2010 (sem voltar aos níveis pré-2005, todavia) e atingem novo pico em 2013, anos após o qual a tendência de queda se acentua fortemente, com o nível de dispêndios desta natureza retrocedendo a níveis inferiores aos de 2005 - e menores, de fato, mesmo ao do ano de 1999. Olhando estes dados isoladamente, poderia-se dizer que houve um grande empenho armamentista por parte do Estado venezuelano.

Tabela 1 – Gasto militar venezuelano entre 1999 e 2016 (em bilhões de dólares)

ANO	VALOR
1999	2,559
2000	2,193
2001	2,339
2002	1,593
2003	1,419
2004	1,888
2005	2,918

15 BATTAGLINO, *op.cit.*, p. 73.

16 VILLA, Rafael D; WEIFFEN, Brigitte. “*South American Rearmament: From balancing to symbolizing power*”. Contemporary Security Policy. Ed. 35, v. 1., 2014, p. 138-162.

17 BUZETTO, *op. cit.*, p. 291.

2006	3,726
2007	6,351
2008	6,433
2009	4,185
2010	3,452
2011	4,167
2012	5,310
2013	6,925
2015	4,641
2016	2,342

Fonte: SIPRI (2021)

Contudo, os gastos militares venezuelanos em relação ao PIB, disponíveis no Anexo II, registraram grande estabilidade durante o período estudado, oscilando entre 1 e 2% de modo geral, com pico em 2006, atingindo 2% do PIB e passando por uma queda a partir de 2014, com o início da queda do preço do petróleo, atingindo níveis abaixo da faixa geral a partir de 2015, chegando a 0,5% em 2016. Deste modo, não podemos dizer que o Estado venezuelano empreendeu um esforço econômico além do normal no sentido de melhorar seu aprestamento militar, como se empregasse centralmente os recursos da economia venezuelana em tal setor - especialmente quando temos em mente que a Colômbia, que até 2002 era considerada a principal ameaça à Venezuela, teve a relação gasto militar/PIB oscilando entre 3,1% e 3,6% para o mesmo período¹⁸. Isso se sustenta mesmo quando tomamos em consideração o fator *FONDEN*, pelo menos até 2015: com a exceção do ano de 2015, os recursos deste fundo alocados à área militar foram modestos.

18 SILVA, Diego Lopes da; TIAN, Nan. *The crucial role of the military in the Venezuelan crisis*. Stockholm International Peace Research Institute, 2019. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2019/crucial-role-military-venezuelan-crisis>>. Acesso em: 31 Jul 2021.

Tabela 2 – Percentual dos gastos militares venezuelanos em relação ao PIB durante o período de 1999 a 2016.

Ano	Percentual
1999	1,4%
2000	1,5%
2001	1,6%
2002	1,2%
2003	1,2%
2004	1,3%
2005	1,8%
2006	2,0%
2007	1,9%
2008	1,8%
2009	1,2%
2010	1,0%
2011	1,1%
2012	1,3%
2013	1,7%
2014	1,2%
2015	0,9%
2016	0,5%

Fonte: SIPRI (2021)

Isso não quer dizer que o volume absoluto de gastos militares venezuelanos não tenha aumentado durante o período, como já vimos. Afinal de contas, o PIB venezuelano cresceu vigorosamente durante o período do *boom* das *commodities* em razão sobretudo da alta do preço do petróleo, principal produto da economia da Venezuela, com uma queda moderada durante o ano de 2009 em razão da crise do *subprime*. A queda do PIB venezuelano é perceptível apenas a partir de 2014, com a queda aguda do preço do petróleo. De fato, de forma relativamente previsível, o gasto militar venezuelano acompanhou muito de perto o preço do petróleo – em momentos de alta do último, o primeiro registrou também

acréscimo; em momentos de baixa, registrou decréscimo¹⁹. Portanto, se o percentual de gastos militares em relação ao PIB se manteve estável e o PIB cresceu, é claro que houve aumento absoluto de gastos militares - sem que com isso haja um direcionamento fora do comum da economia venezuelana para a produção de sua defesa, como já argumentamos.

Apesar disto, contudo, os últimos anos têm indicado um vigor renovado nos gastos militares venezuelanos, a despeito da baixa do preço do petróleo. Segundo a ONG *Transparencia Venezuela*, os créditos extra-orçamentários aprovados para o gasto do Ministério da Defesa durante o primeiro semestre de 2018 ultrapassaram o próprio orçamento nacional – ainda que cerca de um terço destes tenha sido voltado a institutos previdenciários militares. O volume de gastos dessa natureza continua grande mesmo quando comparado com créditos extra-orçamentários de outras áreas, tendo sido 35% maior que o aprovado ao Ministério de Educação Universitária, Ciência e Tecnologia e 17 vezes maior do que o aprovado ao Ministério de Terras e Agricultura. Como não pudemos verificar e medir esta informação com relação aos últimos três anos, não podemos afirmar que se trata de uma tendência duradoura. De qualquer modo, a influência militar na política venezuelana pode ser explicativa para tamanho deslocamento de recursos mesmo em uma situação economicamente frágil, tendo em vista que 4 dos 11 créditos extra-orçamentários foram aprovados poucos dias antes das eleições venezuelanas de 2018, indicando um esforço para garantir a lealdade militar²⁰.

Os dados concernentes à transferência de armamentos, disponíveis nos Anexo III e IV, nos permitem estudar brevemente como a experiência bolivariana impactou a forma com que a Venezuela buscou obter complementos externos à economia doméstica no que diz respeito à elaboração de sua defesa. Como estes dados estão medidos em *TIV*, não pudemos mensurar a proporção de gastos relacionados com tais transferências em relação ao gasto militar propriamente dito, o que nos permitiria aferir de modo relativamente preciso o quão dependente de estímulos de economias externas a produção de defesa venezuelana realmente é.

Tabela 3.1 – Transferências de armas em *Trend Indicator Value (TIV)* para a Venezuela de 1999 a 2016, de acordo com o país de origem.

	Alema- nha	Áustria	China	Coréia do Sul	França	EUA	Espa- nha	Holan- da	Irã	Israel
1999	0	0	0	0	29	20	0	25	0	0
2000	0	0	0	0	29	0	0	23	0	0
2001	0	0	0	45	5	5	0	20	0	0
2002	8	0	0	0	5	11	0	0	0	25

19 CAMARGO, Murilo *et al.*, *op. cit.*, p. 12.

20 *Id.*, *ibid.*

2003	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0
2004	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
2005	0	0	0	0	0	0	0	12	0	5
2006	0	0	14	0	0	0	0	6	0	5
2007	0	0	27	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	41	0	0	0	0	0	0	0
2009	8	1	54	0	0	0	24	13	0	3
2010	8	1	89	0	0	0	24	13	0	3
2011	32	1	8	0	0	0	188	75	0	10
2012	8	1	51	0	0	0	55	21	0	3
2013	0	0	97	0	0	0	0	0	1	0
2014	4	1	74	0	0	0	0	10	0	0
2015	0	5	100	0	0	6	0	0	0	0
2016	0	0	76	0	0	0	0	0	0	0
%	1,3%	0,1%	11,2%	0,8%	1,3%	1,1%	5,1%	3,8%	0%	0,8%
Total	68	9	629	45	68	57	290	218	1	44

Tabela 3.2 – Transferências de armas em *Trend Indicator Value (TIV)* para a Venezuela de 1999 a 2016, de acordo com o país de origem.

	Itália	Polônia	Reino Unido	Rússia	Suécia	Suíça	Ucrânia
1999	0	11	0	0	0	0	0
2000	13	28	0	0	16	0	0
2001	1	11	0	0	16	0	0
2002	1	0	0	0	0	0	0
2003	0	0	0	0	0	0	0
2004	0	0	0	0	0	0	0
2005	0	0	4	0	0	0	0
2006	0	0	0	356	0	0	0
2007	0	0	0	747	0	0	0
2008	0	0	0	697	0	0	0
2009	0	0	0	252	0	4	0

2010	0	0	0	57	0	4	11
2011	0	0	0	266	0	16	0
2012	0	0	0	516	0	4	28
2013	0	0	0	881	0	0	14
2014	0	0	0	79	0	0	14
2015	0	0	0	0	0	0	56
2016	0	0	0	0	0	0	61
%	0,6%	0,9%	0%	68,6%	0,6%	0,5%	3,3%
Total	32	50	4	3850	32	28	184

Fonte: SIPRI (2019)

Tabela 4 – Transferências de armas em *Trend Indicator Value (TIV)* para a Venezuela de 1993 a 1998, de acordo com o país de origem.

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	%	Total
França	30	0	0	0	0	0	24,1%	30
Alemanha	0	0	5	0	0	0	4%	5
Israel	0	0	0	0	5	0	4%	5
Itália	8	0	0	0	0	0	6,4%	8
Polônia	0	0	0	8	8	0	12,9%	16
Rússia	0	0	0	24	24	0	38,7%	48
Espanha	0	0	0	0	0	8	6,4%	8
EUA	0	1	0	2	0	0	2,4%	3
Total	38	1	5	35	37	8	-	124

Fonte: SIPRI (2019)

É possível dividir as transferências em três grandes momentos: de 1993 a 1998; de 1998 a 2005; e de 2006 a 2016. De modo geral, as transferências de armamentos foram irrelevantes no período entre 1993 e 1998, como o Anexo III mostra. O total em TIV durante o período foi de 124, de um total de 5731 TIV no intervalo entre 1993-2016 (ou seja, o período pré-ascensão de Hugo Chávez respondeu a pouco mais de 2% das transferências regis-

trados durante o período estudado). Predominante nestas transferências foram já as oriundas da Rússia, com 49 TIV (aproximadamente 40%)²¹.

A situação muda levemente a partir da ascensão de Hugo Chávez. De 1999 a 2005, as transferências de armamentos se intensificam, totalizando 390 TIV (cerca de 7% das transferências no período estudado). Os países predominantes foram Holanda e França, com respectivamente 80 (20%) e 68 (17%) TIV.

Todavia, a partir de 2006, o ritmo de transferências de armamentos atinge um patamar até então inaudito na Venezuela pós-Guerra Fria. Apenas entre os anos de 2006 e 2007, as transferências de armamentos passam de 1.100 TIV, superando com folga os dois períodos anteriores. Entre 2006 e 2016, os volumes de transferências de armamentos chegam a 5.217, ou seja, mais de 90% do período estudado.

Como podemos ver, durante o período a Venezuela encontrou parceiros relevantes na Espanha, China e Holanda para suprir suas necessidades quanto à defesa. É de se sublinhar também que a Venezuela não se furtou de estabelecer contatos com empresas de países geopoliticamente mais próximos aos Estados Unidos, como Israel e Ucrânia. No caso desta última, chamamos atenção ao fato de que não só a Ucrânia é desde 2014 um país em conflito aberto com o principal fornecedor bélico da Venezuela, a Rússia, em razão da deposição de Viktor Yanukovich, como é possível observar que o fluxo de armamentos ucranianos para o país sul-americano se intensificou discretamente desde este ano. Seja como for, é visível a preponderância russa no fornecimento de armamentos à Venezuela durante o período da experiência política sob estudo, correspondendo a quase 70% deste fluxo, ainda que não seja possível afirmar haver aqui uma situação de monopólio.

Desse modo, em que pese ser possível afirmar que os impulsos externos à economia de defesa venezuelana encontram-se relativamente distribuídos e não ser possível asseverar precisamente o quanto a economia de defesa venezuelana fez parte do processo de acumulação de capital do complexo bélico russo durante a experiência bolivariana em razão da falta de dados transparentes quanto aos valores monetários, é indiscutível que a mesma auxiliou o desenvolvimento do capital russo investido na economia de defesa. De fato, os volumes de transferência de armamentos russos para a Venezuela só foram inferiores durante o período aos destinados à Índia, China, Argélia e Vietnã²². Coerentemente, o peso russo se faz sentir: recentemente, o presidente Maduro se reuniu para renegociar parte da dívida soberana venezuelana com a Rússia, da qual faz parte o acordo relativo à compra de 36 caças *Su-30MK2* entre 2006 e 2005, o qual totalizou mais de 10 bilhões de dólares²³. As contrapartidas da renegociação são desconhecidas, mas devemos pressupor que envolvem

21 TRANSPARENCIA VENEZUELA. “*El gobierno aprobó a los militares créditos adicionales que superan el presupuesto nacional 2018*”. *Transparencia Venezuela*. 04 jul 2018. Disponível em : <<https://transparencia.org.ve/el-gobierno-aprobo-a-los-militares-creditos-adicionales-que-superan-el-presupuesto-nacional-2018/>>. Acesso em: 09 jan 2021.

22 ROBLIN, Sebastien. *\$10 Billion in the Hole: Venezuela Owes Russia Tons of Money for Weapons*. *National Interest*, 2019. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/blog/buzz/10-billion-hole-venezuela-owes-russia-tons-money-weapons-93906>>. Acesso em: 29 Jul 2021.

benefícios à Rússia, entre os quais se pode apontar a capacidade de inquietação dos EUA que a mera existência de um país alinhado ao Kremlin na América do Sul gera, além do acesso russo às fontes de petróleo venezuelano, como o recente caso da aquisição russa de parcela razoável da *Citgo* venezuelana indica.

2.3. O caso da *CAVIM*

Essa relativa autonomia venezuelana se reflete na sua indústria de defesa. A empresa que escolhemos para analisar tal setor, a *CAVIM*, foi fundada em 1975, muito antes da ascensão de Hugo Chávez ao poder. Subordinada ao Ministério do Poder Popular para a Defesa venezuelano (doravante referido como Ministério da Defesa), possui seu orçamento atrelado a este. Sua principal fábrica na cidade de Maracay, província de Aráguá. Composta inicialmente de duas divisões, uma voltada à produção de material explosivo e outra à produção de armas leves e munições, a estatal venezuelana expandiu suas atividades durante o período da “Revolução Bolivariana”, passando a contar com diversos centros de manutenção de armamentos e equipamentos utilizados pelas Forças Armadas e policiais venezuelanas e unidades voltadas à produção de outros tipos de materiais bélicos, como sistemas de vigilância²⁴. A *CAVIM* também é acionista de diversas outras empresas venezuelanas ligadas a atividades de relevância à defesa, como as voltadas à produção de uniformes, pneus e mesmo materiais hospitalares²⁵,

As questões metodológicas que apontamos durante o início deste trabalho sobre a dificuldade de acesso a dados também se verificaram no caso da *CAVIM*. Não encontramos dados que nos permitam discriminar quais foram os principais parceiros comerciais da *CAVIM* – isso é, para quais entes jurídicos a *CAVIM* vendeu seus produtos e quais foram aqueles dos quais a empresa adquiriu seus produtos. Tampouco encontramos dados precisos referentes a quais os percentuais do orçamento do Ministério da Defesa são destinados à *CAVIM* e, dentro da estatal, quais são os setores que recebem quais recursos. De fato, nas leis orçamentárias consultadas, a *CAVIM* não se encontra discriminada como parte destinatária dos recursos voltados ao Ministério da Defesa, ainda que outras empresas militares (como a *UCOCAR*) por vezes se encontrem²⁶. Os poucos dados esparsos que encontramos, contudo, indicam que a *CAVIM* tem sido proporcionalmente destinatária de pouco menos de 3% dos recursos voltados à defesa da Venezuela - no caso, os já referidos créditos extra-

23 SIPRI. *SIPRI Arms Transfers Database*. 2021. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/armstransfers>>. Acesso em: 10 Jan 2021.

24 *CAVIM. Reseña histórica*. Disponível em: <<http://www.cavim.com.ve/index.php/resena-historica/>>. Acesso em: 05 Jan 2021.

25 ARMAS, M. “Con 20 empresas la FANB acapara el poder económico”. *Crónica Uno*. 20 ago 2017. Disponível em: <<https://cronica.uno/20-empresas-la-fanb-acapara-poder-economico/>>. Acesso em: 09 jan 2021.

26 TRANSPARENCIA VENEZUELA. *Presupuesto nacional*. Disponível em: <<https://transparencia.org.ve/presupuesto-nacional/>>. Acesso em: 10 Jan. 2022.

orçamentários aprovados no primeiro semestre de 2018²⁷. Uma outra fonte afirma que em 2017 o orçamento da CAVIM foi de 183 bilhões de bolívares fortes²⁸, o que faria com que a sua participação em relação ao orçamento previsto para o Ministério da Defesa no mesmo ano fosse de cerca de 22% (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2017). Se pode conceber o nível do secretismo em torno da empresa quando se tem em mente que a CAVIM possui desde 2004 o controle comercial das importações de armas de fogo na Venezuela – desse modo, a prática da estatal venezuelana de não divulgar os dados quanto a importações e exportações virtualmente inviabiliza estudos precisos quanto ao volume do fluxo de armas de fogo no país caribenho.

Tal falta de transparência possui algumas razões de ser. Em razão da parceria estabelecida com o Irã para o desenvolvimento de parte de seu catálogo, a CAVIM foi sancionada por dois anos em 2011 pelos Estados Unidos, com base no *Iran, North Korea, and Syria Nonproliferation Act*, em razão da aquisição de drones, acesso a armamentos e acordos para instalação na Venezuela de fábricas de pólvora, o que dificultou as suas atividades produtivas²⁹. As sanções foram ratificadas em 2013. É parcialmente compreensível a partir dessa ótica, assim, o raciocínio da elite política venezuelana em não divulgar informações referentes à movimentação da CAVIM, de modo a evitar a imposição de novas sanções sobre a empresa. Não descartamos, contudo, que a falta de transparência seja também uma forma de tornar mais opacas práticas de corrupção envolvendo setores civis e militares responsáveis pela gestão da estatal, as quais já foram denunciadas por antigos membros da CAVIM, como veremos abaixo.

Se nos anos anteriores à experiência bolivariana a CAVIM era voltada quase em absoluto à produção de explosivos e armas de fogo (as quais, dada a então virtual inexistência de modelos venezuelanos, eram provavelmente estrangeiras), é notável que a partir de 1999 o governo venezuelano empreendeu um esforço para aumentar sua autonomia no campo da indústria da defesa e desenvolveu modelos de armas de fogo e equipamentos militares próprios, a serem manufaturados pela estatal³⁰. Exemplo disso foi o veículo aéreo não tripulado *Arpia*, lançado em cooperação com o Irã em 2012 e que permite coleta de informações no terreno de forma segura³¹. Também houve a retomada de projetos de mode-

27 Id. “*El gobierno aprobó a los militares créditos adicionales que superan el presupuesto nacional 2018*”. *Transparencia Venezuela*. 04 jul 2018. Disponível em : <<https://transparencia.org.ve/el-gobierno-aprobo-a-los-militares-creditos-adicionales-que-superan-el-presupuesto-nacional-2018/>>. Acesso em: 09 jan 2021.

28 IRIARTE, A. “*Subametralladora creada por CAVIM ‘se deforma a los 300 tiros’*”. *CCNesnoticias*. 12 jun 2019. Disponível em: <<https://ccnesnoticias.com/2019/06/12/subametralladora-creada-por-cavim-se-deforma-a-los-300-tiros/>>. Acesso em: 05 jan 2021

29 BLASCO, E. M. “*EEUU sanciona a la industria militar venezolana Cavim, como ya avisó ABC*”. *ABC*. 12 fev 2013. Disponível em: <https://www.abc.es/internacional/20130212/abci-sanciona-industria-militar-venezolana-201302121912.html>. Acesso em: 09 jan 2021..

30 CAVIM, *op. cit.*

31 LAUGNEAU, L. “*Le président Chavez présente un drone fabriqué au Venezuela*”. *Opex 360*. 16 jun 2012. Disponível em: <<http://www.opex360.com/2012/06/16/le-president-chavez-presente-un-drone-fabrique-au-venezuela/>>. Acesso em: 05 jan 2021

los de armamentos leves, como a submetralhadora *Orinoco II*, utilizada hoje sobretudo pelas forças policiais da Venezuela (a *Orinoco I* foi desenhada durante os anos 80 do século passado, mas nunca foi produzida efetivamente)³². Há também a pistola *Zamorana*, que foi desenvolvida na Venezuela a partir de um projeto tcheco³³. Por fim, podemos citar o caso recente da submetralhadora *Caribe*, desenvolvida em 2019 para ser empregada pelas milícias bolivarianas e pelos corpos policiais desse país³⁴.

Além disso, há indícios de que a *CAVIM* produz armamentos relativamente atualizados projetados no exterior. O principal deles, pelo seu volume nas forças venezuelanas, é o já citado fuzil *AK-103*, de origem russa. Além da importação de 100 mil unidades deste fuzil de assalto, a Venezuela estabeleceu acordos com a Rússia para a instalação de fábricas para produção do *AK-103*, as quais ficariam sob a administração da *CAVIM*. Segundo declarações do já falecido Hugo Chávez, uma das fábricas da *CAVIM*, em Aráguá, já produziu 3 mil unidades desse modelo de fuzil³⁵. De fato, há indícios recentes de que a Venezuela continua ou passou a produzir na *CAVIM* o *AK-103* (A SIMPLE VISTA, 2020). As informações são, contudo, contraditórias, já que por vezes também foi noticiado que a instalação das fábricas responsáveis pela produção do *AK-103* tem sido reiteradamente adiada³⁶.

Em que pese as pretensas inovações, contudo, setores da elite militar e política da Venezuela denunciaram repetidas vezes problemas relacionados à *CAVIM* e os novos modelos de armas de fogo. O ex-contralmeirante Carlos Molina Tamayo, antigo chefe da Direção de Armas das Forças Armadas venezuelanas, afirmou que tudo que a *CAVIM* pretende fazer não funciona corretamente em razão das más práticas de gestão e corrupção - dando como exemplo os fatos de que a produção da submetralhadora *Caribe* se deu de forma artesanal, incapacitando a reposição de peças. O ex-militar também ressaltou que a sua durabilidade não passava de 300 disparos³⁷, sendo evidentemente muito aquém do que se espera de qualquer arma de fogo. Outro exemplo é o da citada pistola *Zamorana*, que teve suspensa sua produção pouco após seu desenvolvimento em razão de problemas de corrupção envolvendo militares responsáveis pelo seu desenho e pela não conclusão da trans-

32 SPINOZA, M. D. “Venezuela fabricará pistolas y subametralladoras”. *Segured*. 25 ago 2005. Disponível em: <<https://segured.com/2005/08/25/venezuela-fabricara-pistolas-y-subametralladoras/>>. Acesso em: 05 jan 2021.

33 REPORTERO 24. “CAVIM: suspenden fabricación de pistola Zamorana”. 28 mai 2011. Disponível em: <<https://www.reportero24.com/2011/05/28/cavim-suspenden-fabricacion-de-pistola-zamorana-2/>>. Acesso em: 05 jan 2021.

34 GAZETA DO POVO. “Maduro investirá US\$ 7,6 milhões para fabricar submetralhadora para milícias bolivarianas”. 27 mai 2019. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/maduro-investira-us-76-milhoes-para-fabricar-submetralhadora-para-milicias-bolivarianas/>>. Acesso em: 05 Jan 2021.

35 RAATZ, L. “Venezuela constrói drone com ajuda do Irã”. *O Estado de São Paulo*. 15 jul 2012. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/362533/noticia.htm>>. Acesso em: 05 jan 2021.

36 ALEKSÁNDROVA, M. “Construção de fábrica da Kalashnikov na Venezuela tem novo atraso”. *Russia Beyond*. 30 ago 2019. Disponível em: <<https://br.rbth.com/economia/82752-atrasa-construcao-f%C3%A1brica-kalashnikov-venezuela>>. Acesso em 09 jan 2021.

37 IRIARTE, *op.cit.*

ferência de toda a tecnologia tcheca necessária³⁸. Tendo em vista esses casos, podemos nos questionar o quanto o desenvolvimento de modelos nacionais de armas não reflete mais fins propagandísticos que apelam a setores nacionalistas e projetam uma imagem de potência regional da experiência bolivariana do que o autêntico alcance de um novo patamar de autonomia tecnológica militar na Venezuela.

Ademais, a *CAVIM* segue distante de produzir materiais bélicos como peças de artilharia ou blindados. Não encontramos registro de quaisquer apoiadores da experiência bolivariana projetando no horizonte a capacitação da empresa para este tipo de atividade, o que indica uma confissão tácita dos limites a que a estatal se encontra submetida.

É relevante salientar que o foco da *CAVIM* na produção de armamento leve pode ser um indicador da incapacidade do Estado venezuelano em aumentar a sua capacidade doméstica de produção para a defesa. Contudo, ela é coerente com a doutrina de defesa venezuelana que, na medida em que aponta os Estados Unidos como a principal ameaça, opta pela guerra assimétrica como estratégia de defesa³⁹ - tipo de conflito em que o armamento dessa natureza é mobilizado mais intensamente. Não podemos descartar, todavia, a hipótese de que parte desse armamento esteja voltado sobretudo à repressão da oposição interna ao chavismo, já que a maior parte dos modelos desenvolvidos pela estatal são voltados às forças policiais ou milicianas (as quais, como se sabe, são mobilizadas pelo governo venezuelano para atividades repressivas), o que comporta algum nível de contradição com a doutrina militar venezuelana, teoricamente baseada na mobilização de toda a sociedade às tarefas de defesa nacional contra um inimigo eminentemente externo, e não interno.

Avaliando assim a *CAVIM* no âmbito da produção da defesa nacional venezuelana, portanto, acreditamos ser possível deduzir que sua contribuição tem sido baixa em relação ao esforço geral da economia de defesa venezuelana, mesmo na ausência de dados financeiros sólidos. Ainda que haja certo empenho em desenvolver no âmbito da empresa estatal tecnologias próprias, fortalecer de novas parcerias internacionais e ampliar o seu parque produtivo durante as últimas duas décadas, nos parece que ao menos parte desse esforço sirva antes a fins propagandísticos e de busca de apoio de setores militares envolvidos na empresa que à ampliação propriamente dita da capacidade armamentista da *CAVIM*. O caso da produção do *AK-103* é indicador disso: as importações oriundas da Rússia desse fuzil parecem ter sido mais importantes para a defesa do que todo o esforço dos últimos 15 anos da *CAVIM*, tendo em vista a pouca informação a que temos acesso, já que as primeiras forneceram 100 mil unidades do *AK-103*, enquanto segundo as declarações dos dignitários venezuelanos a produção venezuelana do fuzil foi de 3 mil unidades. Evidentemente, não é razoável esperar uma superação veloz de deficiências antigas da economia de defesa venezuelana, mas os problemas recorrentes da *CAVIM* indicam que este setor econômico encontra-se ainda muito dependente de estímulos externos para a produção da defesa nacional.

38 REPORTERO 24, *op. cit.*

39 BATTAGLINO, *op. cit.*

Nesse sentido, tanto a projeção de uma imagem positiva da *CAVIM* (como desenvolvedora de armamentos nacionais) e a falta de resolução das questões de má gestão dentro da estatal indicam que parte de sua função dentro da economia de defesa venezuelana atenda a interesses predominantemente políticos. Acreditamos que tais hipóteses encontram guarida nas formulações de Villa e Weiffen, as quais como vimos apontam fatores políticos como a influência dos militares e a busca de projeção de uma imagem de potência em ascensão como fatores relevantes para compreender a forma com que se deu o rearmamento venezuelano. De qualquer modo, necessitamos de mais dados para analisar de maneira mais profunda a empresa.

Deste modo, ainda que o Estado venezuelano tenha buscado estabelecer uma nova política de defesa a partir da “Revolução Bolivariana”, não pudemos verificar que o seu esforço tenha demandado um empenho fora do comum da economia deste país. Os seus gastos militares mantiveram-se relativamente estáveis considerando a economia venezuelana como um todo e, a despeito do aumento do volume de transferências de armamentos, não podemos afirmar, com certeza, que as importações de armas tenham tido um papel inédito na nova defesa venezuelana. De fato, ao menos no que diz respeito à transferência de armamentos, o Anexo V demonstra que um grande volume de transferências para a Venezuela não é algo totalmente inédito: durante os anos 80, principalmente na primeira metade, o valor em *TIV* das transferências de armamentos foi similar (ainda que menor) ao verificado durante o período da “Revolução Bolivariana”.

Tabela 5 – Volume de transferências anuais de armamentos para a Venezuela de 1980 a 1990, em *TIV*.

Ano	Total
1980	370
1981	920
1982	704
1983	242
1984	230
1985	517
1986	92
1987	73
1988	101
1989	117

Fonte: SIPRI (2021)

3. Cuba e Venezuela: destinos similares?

O caso da economia de defesa venezuelana é chamativo por algumas similitudes e diferenças com o de outro país latino-americano, Cuba, o qual não estudamos aqui em detalhe devido aos limites do trabalho. Tanto o Estado cubano quanto o venezuelano passaram por experiências políticas que os colocaram em conflito com os Estados Unidos; seus territórios se situavam em áreas consideradas estratégicas para os Estados Unidos; ambos optaram por manter um nível razoável de conflito com a potência americana e orientaram suas políticas de defesa para dar resposta a tais opções.

Como pudemos ver ao longo do presente trabalho, a economia de defesa de países dependentes que de alguma forma entram em contradição com uma potência do nível dos EUA passa a encarar certos dilemas. Se por um lado os governos de tais países se sentem estimulados a aumentar seu poder de dissuasão diante da maior potência militar do mundo, por outro eles correm o risco de se envolver em uma situação de aumento da dependência de sua economia de defesa, dependência agora de outras potências em competição com os Estados Unidos – o que pode levar no longo prazo ao enfraquecimento da defesa de tais países. Essa tendência se verificou no caso cubano e venezuelano, que nos últimos anos com dados disponíveis passou a receber mais armamentos da Rússia e da China.

No caso da Venezuela, o esforço para produção da defesa de fato recebeu maior vigor durante o processo bolivariano em relação à década de 90 do século passado, com maiores importações e aumentos dos gastos militares absolutos atrelados à renda do petróleo. O empenho venezuelano também demandou novos equipamentos militares, supridos sobretudo pela Rússia e China, sem que tais países detenham o virtual monopólio que a União Soviética exercia na transferência de armamentos para Cuba⁴⁰. Ademais, como pudemos analisar a partir do caso da relação Venezuela-Ucrânia, a relativa dependência de armamentos não implicou até aqui em subserviência total aos interesses russos.

A despeito destes dados, contudo, um indicador econômico nos permite vislumbrar limites à Venezuela bolivariana. Desde que o país se viu abatido pela queda do petróleo em 2014, os gastos militares em relação ao percentual do PIB e *per capita* passaram a cair, como indicam os anexos II e VI. No que tange aos gastos militares *per capita*, o gasto militar venezuelano se aproximou muito do cubano, caindo de modo vertiginoso - de fato, em 2016, Cuba teve um gasto militar *per capita* maior que a Venezuela. Ademais, a situação tende a se agravar no país governado por Nicolás Maduro, já que desde que ascendeu ao poder a administração de Donald Trump impôs a mais de 150 empresas venezuelanas diversas sanções, tornando o cenário destes dois países aqui estudados cada vez mais similar. Ressaltamos que, ainda que a *CAVIM* ainda não tenha sido diretamente alvo das novas medidas de coerção econômica, é razoável pensar que tal empresa seja uma das mais visadas em uma eventual escalada de sanções.

40 PÉREZ-LOPEZ, J. F (1996). “Cuban Military Expenditures: Concepts Data and Burden Measures”. *Annual Proceedings*, 1996, vol. 6.

Tabela 6 – Gasto Militar *per capita* venezuelano e cubano – 2003-2017 – Valores em dólares.

Ano	Cuba	Venezuela
2003	26,4	38,7
2004	5,5	55,7
2005	7,0	100,8
2006	6,8	135,2
2007	7,4	159,7
2008	7,9	204,8
2009	8,2	144,7
2010	8,4	140,3
2011	8,3	123,8
2012	11,3	174,2
2013	10,6	208,2
2014	11,1	51,8
2015	10,5	10,7
2016	10,9	7,3
2017	10,8	15,8
Média	9,5	104,7

Fonte: SIPRI (2019)

Essa situação é similar à da Cuba durante o *período especial*, em que a economia de defesa cubana, até então uma das mais vigorosas da América Latina, sofreu um baque tremendo do qual até hoje não se recuperou - em parte, sem dúvida, pela incapacidade de encontrar parceiros dispostos como era a antiga União Soviética a assumir o ônus que negociar com Cuba pode representar. Caso o Estado venezuelano não saiba mediar seus conflitos com os Estados Unidos, é possível que sua economia de defesa enfrente uma crise como a atual por um longo tempo, vendo reduzida a sua capacidade de encontrar estímulos externos e aumentando a sua dependência dos Estados chinês e sobretudo russo para se defender, dependência que nunca é isenta de ônus próprios.

4. Conclusão

Em que pese os problemas de acesso aos dados concernentes à economia de defesa venezuelana, acreditamos poder delinear algumas conclusões. Como pudemos ver, parte razoável do esforço econômico venezuelano para produção de defesa dependeu de estímulos externos, sobretudo, russos. Essa dependência pode ser inferida pelo fato de que, em que pese não haver grande variação relativamente ao gasto em relação ao PIB, as variações concernentes às transferências de armamentos foram sensíveis.

Outro indício dessa dependência é a debilidade da *CAVIM* em proporcionar desenvolvimento tecnológico de modelos de equipamentos militares (centrado sobretudo no desenvolvimento de pequenas armas) e da produção de unidades físicas de equipamentos militares. O principal sintoma é o fato de que até hoje não existem provas sólidas de que a *CAVIM* seja capaz de produzir o principal fuzil utilizado pelas forças armadas venezuelanas, o *AK-103*.

Os próximos anos dirão se tanto a maior moderação venezuelana no esforço econômico para a sua defesa nacional quanto sua política levemente mais autônoma neste mesmo âmbito surtirá efeitos que venham a permitir a recuperação e a eventual superação do vigor que a defesa da Venezuela apresentou durante o *boom* do petróleo ou se a duradoura debilitação que Cuba apresentou neste setor se repetirá no país de Chávez quando o cenário se alterar.